

INCLUSÃO ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS: PRECONCEITOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS BASEADAS NO DUA

Andressa da Silva Sousa Siqueira ¹

Meyre-Ester Barbosa de Oliveira ²

Resumo

A inclusão escolar de estudantes com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental é um tema de extrema relevância no contexto educacional contemporâneo, considerando o compromisso da escola com a equidade, a justiça social e o respeito à diversidade. Historicamente, o sistema educacional brasileiro reproduziu práticas excludentes, favorecendo apenas grupos específicos e marginalizando estudantes com deficiência, criando barreiras físicas, curriculares e sociais que limitavam a plena participação desses alunos. Essa realidade, embora tenha sido modificado com avanços legais e políticas públicas, ainda se faz presente na cultura escolar de muitas instituições, refletindo preconceitos implícitos e práticas pedagógicas insuficientes para atender às necessidades de todos (Pacheco, 2016).

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade. Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasil, (2008) reforça a necessidade de garantir acesso, permanência e aprendizagem para estudantes público-alvo da educação especial, com a eliminação de barreiras físicas, atitudinais e pedagógicas. No entanto, a concretização desses direitos ainda enfrenta entraves, como resistência cultural, a falta de formação docente e a insuficiência de recursos adequados, evidenciando que a inclusão escolar não é apenas uma questão legal, mas um desafio pedagógico e ético.

Para compreender o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e a atuação dos docentes diante de preconceitos que podem surgir no espaço escolar, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória, em uma escola pública de ensino fundamental em Teresina-PI. Participaram duas professoras atuantes nos anos iniciais e dois estudantes público-alvo da educação especial.

A produção de dados envolveu observação sistematizada das práticas pedagógicas, entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários e análise documental. Essa abordagem possibilitou a triangulação de informações, permitindo compreender de forma ampla a complexidade das práticas inclusivas e as percepções docentes sobre preconceito, inclusão e diversidade (Minayo, 2001).

1 Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI/UERN (Professora de AEE do Município de Teresina-PI – email: andressa20241001597@alu.uern.br).

2 (Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. Diretora e Professora Adjunta da Faculdade de Educação – UERN - e-mail: meyreoliveira@uern.br).



Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



Os resultados obtidos indicam que as professoras adotam diversas estratégias pedagógicas para promover a inclusão, como adaptações de atividades e avaliações, uso de recursos disponíveis na escola, atividades colaborativas e integração com o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) conforme proposto por Meyer, Rose e Gordon (2014), foi apresentado para oferecer às professoras como uma nova maneira de planejar atividades que atendam aos diferentes estilos de aprendizagem, ao propor múltiplos meios de representação, expressão e engajamento. Essa abordagem estimula que todos os alunos participem ativamente do processo educativo em sala de aula. A flexibilidade metodológica e a utilização de recursos diversificados na aprendizagem favorecem maior autonomia e protagonismo aos estudantes, contribuindo para uma aprendizagem significativa, superar preconceitos que limitam a participação ativa dos estudantes público-alvo da educação especial nas atividades desenvolvidas em sala comum.

Foram identificadas manifestações de preconceito implícito, principalmente relacionadas à percepção de limitações dos estudantes com deficiência. Algumas atitudes, ainda que sutis, como baixa expectativa de desempenho, participação em atividades diferenciadas ou uso de estereótipos carregados de termos capacitistas sobre capacidade cognitiva, impactam negativamente a participação e o desenvolvimento integral desses alunos. Essas evidências reforçam a necessidade de formação continuada e de oficinas pedagógicas que promovam reflexão crítica sobre preconceitos e fortalecimento das práticas inclusivas na escola.

A análise das práticas revelou ainda que a inclusão vai muito além da simples presença física do aluno em classe regular. É imprescindível reorganizar o fazer pedagógico, considerando a singularidade de cada estudante, valorizando suas experiências prévias, promovendo participação ativa, respeitando diferenças e fortalecendo relações cooperativas e solidárias (Mantoan, 2003; Ferreira, 2009; Kassar, 2011; Mendes, 2020). A ausência de tais medidas compromete a aprendizagem, a socialização e o desenvolvimento integral dos alunos, perpetuando desigualdades históricas e sociais.

A pesquisa também evidenciou que a construção de uma cultura escolar inclusiva requer engajamento coletivo de todos os membros da comunidade escolar: professores, gestores, alunos e familiares. O acompanhamento individualizado sobre as singularidades aliado aos princípios do DUA contribui para a flexibilização curricular, planejamento docente e superação de barreiras pedagógicas, favorecendo a construção de uma escola ética e democrática que valoriza a diversidade e garante a inclusão de todos os alunos.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas. Preconceito. Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Educação inclusiva.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 set. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em:



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-especial/politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva>. Acesso em: 19 set. 2025.

FERREIRA, Eliana Lúcia. **Educação inclusiva: fundamentos, princípios e práticas**. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/331149846_Educacao_Inclusiva_Natureza_e_fundamentos. Acesso em: 2 set. 2025.

KASSAR, Maria Cristina. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Educar em Revista, v. 27, n. 41, p. 47-63, 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/y6FM5GNKBkjzTNB48zV4zNs/?format=pdf>. Acesso em: 2 set. 2025. [SciELO+1](#)

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** Campinas: Autores Associados, 2003. Disponível em:
<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso em: 2 set. 2025.

MEYER, Anne; ROSE, David H.; GORDON, David. **Universal Design for Learning: Theory and Practice**. Wakefield, MA: CAST, 2014. Disponível em:
<https://udlguidelines.cast.org/>. Acesso em: 23 set. 2025.

MENDES, Roseli H. **Educação inclusiva na prática**. São Paulo: Fundação Santillana, 2020. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2020/07/EducacaoInclusivaPratica.pdf>. Acesso em: 2 set. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PACHECO, José Augusto. **Currículo e inclusão escolar: (in)variantes educacionais e curriculares**. Revista Teias, v. 17, n. 46, p. 90-109, 2016. Disponível em:
<https://core.ac.uk/download/pdf/55642740.pdf>. Acesso em: 2 set. 2025.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**

